



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
UASG: 925898

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

(Processo Administrativo nº2025/2748044)

RESUMO



PROMOTOR

ESTADO DO PARÁ, por intermédio da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, CNPJ nº 05.470.347/0001-11.



OBJETO

Contratação de serviço especializado com emissão de laudos técnicos, executado por laboratório devidamente credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, conforme descrito no Termo de Referência.

GRUPO ÚNICO – AMPLA PARTICIPAÇÃO, devido à natureza técnica especializada do serviço conforme Termo de Referência.



MÉTODO DE DISPUTA

- ☐ Aberto
- ☒ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto



CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor preço
- ☐ Maior desconto



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
UASG: 925898

ENTREGA



Forma

O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato.

Prazo

30 (trinta) dias a contar do recebimento da Nota De Empenho e as demais conforme demanda.

Local

Travessa Mariz e Barros, 1184, Pedreira, Belém – PA, CEP 66080-008, às 10h00m.

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 55.650,00



PAGAMENTO

Forma

Ordem bancária.

Prazo

30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) atestada pelo fiscal de contrato.



ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data

17/06/2026

Hora

10:00hs



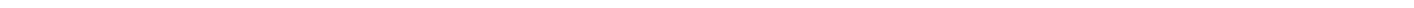
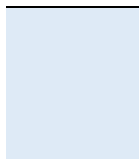
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

UASG: 925898

Portal de Compras do Governo Federal:

www.gov.br/compras.

Local:



SUMÁRIO

CLÁUSULA 1	4
Promotor do pregão	
CLÁUSULA 2	4
Fundamento legal	
CLÁUSULA 3	5
Objeto	
CLÁUSULA 4	7
Condições para participar da licitação	
CLÁUSULA 5	10
Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação	
CLÁUSULA 6	12
Preenchimento da proposta	
CLÁUSULA 7	13
Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances	
CLÁUSULA 8	18
Julgamento das propostas	
CLÁUSULA 9	20
Habilitação	
CLÁUSULA 10	24
Adjudicação e homologação	
CLÁUSULA 11	24
Recursos	
CLÁUSULA 12	25
Infrações e sanções administrativas	
CLÁUSULA 13	28
Impugnação ao edital	
CLÁUSULA 14	28
Disposições finais	

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

1.1. O PROMOTOR deste pregão é a Agência de Defesa Agropecuária do ESTADO DO PARÁ, autarquia estadual, UASG: 925898. CNPJ nº 05.470.347.0001-11, com sede na Travessa da Estrella, nº 1184 (Mariz e Barros), neste ato representado pelo Diretor Geral Jamir Júnior Paraguassu Macedo.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

2.1. A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.939/23, o Decreto Estadual nº 2.940/23, Lei Complementar Federal nº 123/06, Portaria nº 77/2024 – ADEPARA de 25 de janeiro de 2024, que designam Agentes de Contratação, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto desta licitação é a **Contratação de serviço especializado com emissão de laudos técnicos, executado por laboratório devidamente credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, conforme descrito no Termo de Referência.**

3.1.1. A especificação técnica dos materiais no arquivo PDF a ser baixada juntamente com o Edital no Comprasnet (Relação de Itens) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. **Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência - TR, prevalecerá a que consta do TR.**

3.2 Os bens a serem licitados são os seguintes itens descritos no TR:

Grupo	Item	Descrição	UND	QTD	Preço Unitário Estimado	Total Estimado
01	01	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Rhizoctonia theobromae</i> (<i>Ceratobasidium theobromae</i>) em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.	UND	50	R\$ 159,00	R\$ 7.950,00
01	02	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de partes de vegetais de cacau e cupuaçu para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Moniliophthora roreri</i> , em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA	UND	25	R\$ 159,00	R\$ 3.975,00
01	03	Análise laboratorial de diagnostico do inseto <i>Diaphorina citri</i> /Triozóida <i>limbata</i> – Psílídeo para geração de laudo atestando ausência ou presença da bactéria <i>Candidatus liberobacter</i> spp., em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA	UND	100	R\$ 159,00	R\$ 15.900,00
01	04	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de partes de vegetais de bananeiras para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Fusarium oxysporum</i> f. <i>cubense</i> raça 4 Tropical, em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA	UND	25	R\$ 159,00	R\$3.975,00

01	05	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga Xanthomonas citri subsp. Citri em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA	UND	100	R\$159,00	R\$15.900,00
01	06	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga Candidatus liberobacterspp., em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA	UND	50	R\$159,00	R\$7.950,00
VALOR GLOBAL TOTAL ESTIMADO						R\$ 55.650,00

3.3 A licitação observará o seguinte:

☒ Divisão em GRUPO UNICO, conforme tabela do item **3.2** deste edital

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluía a responsabilidade do

provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.6 Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.7 Não poderão disputar esta licitação:

- a. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições

análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;

- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.8 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.9 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.10 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.7](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.11 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.7](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.12 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.13 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.7](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.14 A proibição do item 4.8 também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento

favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b.** A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- ☒ valor global do GRUPO.
- a. ☐ (percentual) desconto.
- b. Marca.
- c. Fabricante.
- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obriga cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a. Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
 1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PRE-GOEIRO e OS LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

7.9.1 O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do GRUPO**.

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de R\$ 0,01 (um centavo).

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.14 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> Aberto e fechado	<ul style="list-style-type: none">a. No modo de disputa aberto e fechado, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.b. A fase de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse tempo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, a partir daí, será aleatoriamente determinado um tempo de até 10 minutos para envio de lances. Terminado este prazo adicional, a recepção de lances será automaticamente encerrada.c. Encerrado o prazo previsto na alínea anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de 5 minutos. Este lance será <i>sigiloso</i> até o encerramento do prazo de 5 minutos.d. No procedimento de que trata a alínea anterior, o LICITANTE poderá manter o seu último lance da etapa aberta ou ofertar um lance melhor.e. Não havendo pelo menos 3 ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer um lance final e

fechado no prazo de 5 minutos. Durante este prazo, o lance terá caráter *sigiloso*.

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação ao Grupo não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

Desenvolvimento de programa de integridade

Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:

1º

- Empresas estabelecidas no território do Estado do Pará.

2º

- Empresas brasileiras.

3º

- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

4º

- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/09.

7.25 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.26 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.29 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de **2 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.31 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a. SICAF;

b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;

b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;

c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto

à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a.** Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e.** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.17 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a. Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b. Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, serão exigidos para habilitação serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2.1 - A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2 As habilitações Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), social e Trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos requisitos dispostos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021, conforme a seguir a seguir:

9.2.2.1 A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2.2 A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.2.3 A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.2.4 A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.2.2.5 A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.2.2.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.2.3. Para fins de demonstração da habilitação Econômico-Financeira, o licitante vencedor deverá apresentar (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

9.2.3.1 Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;

9.2.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura.

9.2.3.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; $SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ e $LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

9.2.3.4. O Licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices citados no item acima, quando da habilitação, deverá comprovar, considerados os riscos para a ADEPARA, o Capital ou Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação (§ 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021).

9.2.3.5. Certidão Negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, case se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.2.3.6. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

9.11.1 O LICITANTE que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [indicar forma de agendamento], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros LICITANTES.

9.11.2 Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.13 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.14 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [no mínimo, 2h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11

Recursos

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b. O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;	
b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:	Multa
1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;	0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;	e
3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;	Impedimento de licitar e contratar*
4. Deixar de apresentar amostra;	
5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;	
c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,	

* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “*Declaração de inidoneidade para licitar e contratar*”.

quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f. Fraudar a licitação;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 1. Agir em conluio ou contra a lei;
 - 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

Multa

15% a 30% do valor do contrato licitado.

e

**Declaração de inidoneidade
para licitar e contratar**

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de [definir número] dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.15 O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13

Impugnação ao edital

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, através do e-mail: licitacao@adepara.pa.gov.br.

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Decreto Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14

Disposições finais

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente

transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar.

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Belém (PA), 28 de MAIO de 2026

JAMIR JÚNIOR PARAGUASSU MACEDO

Diretor Geral

TERMO DE REFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS LABORATORIAIS

PAE nº E-2025/2748044

O QUE SERÁ CONTRATADO?

Item	Descrição	Código o SIMA S	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
1	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga Rhyzoctonia theobromae (Ceratobasidium theobromae) em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.		Unidade	R\$ 159,00	50	R\$ 7.950,00
2	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de partes de vegetais de cacau e cupuaçu para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga Moniliophthora roreri, em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.		Unidade	R\$ 159,00	25	R\$ 3.975,00
3	Análise laboratorial de diagnostico do inseto Diaphorina citri/Triozeida limbata – Psíldeo para geração de laudo atestando ausência ou presença da bactéria Candidatus liberobacter spp., em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.		Unidade	R\$ 159,00	100	R\$ 15.900,00
4	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de partes de vegetais de bananeiras para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga Fusarium oxysporum f. cubense		Unidade	R\$ 159,00	25	R\$ 3.975,00

Processo: 2025/2748044 | Sequencial: 52 | Autenticação: 8c77a681-8379-4146-805a-71fe8275f0dd

Acessado por: Maria Alice Alves Thomaz Lisboa (CPF: ***.574.892-**) em 21/05/2026 às 10:26

Página: 1/12

	raça 4 Tropical, em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.					
5	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga Xanthomonas citri subsp. Citri em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.		Unidade	R\$ 159,00	100	R\$ 15.900,00
6	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga Candidatus liberobacter spp., em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.		Unidade	R\$ 159,00	50	R\$ 7.950,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO**						R\$ 55.650,00

JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES*

A presente contratação foi estruturada em lote único, englobando a prestação de serviços laboratoriais especializados voltados à realização de análises fitopatológicas e entomológicas para pragas quarentenárias específicas. A opção por agrupar os serviços em um único lote está tecnicamente fundamentada nos seguintes aspectos:

- Natureza homogênea e complementar dos serviços: Apesar de envolverem diferentes pragas quarentenárias, as análises laboratoriais requeridas:

- Apresentam similaridade metodológica (uso de técnicas como PCR, bioensaios e análises morfológicas);
- Demandam estrutura laboratorial comum, com os mesmos equipamentos e competências técnicas;
- Têm como objetivo final a emissão de laudos oficiais para fins de vigilância fitossanitária, conforme exigência legal do MAPA.

A unificação dos serviços em um único lote evita fragmentação indevida de contratações, assegura a integridade técnica da prestação do serviço e promove padronização metodológica e de qualidade.

- **Racionalidade administrativa e eficiência operacional: A contratação de um único laboratório habilitado permite:**

- Centralização do fluxo de envio, análise e emissão de laudos, o que reduz o tempo de resposta;
- Facilidade na fiscalização contratual, com interlocução direta entre a Administração e um único fornecedor;
- Redução de custos operacionais logísticos (transporte de amostras, rastreabilidade e gestão documental).

- **Economia de escala: A formação de lote único permite ao contratado otimizar seus recursos técnicos, operacionais e humanos, o que:**

- Reduz o custo unitário das análises, dada a previsibilidade e concentração da demanda;
- Garante maior competitividade nos preços apresentados, mesmo em caso de contratação direta por dispensa de licitação, favorecendo o interesse público.

Além disso, em contextos de emergência fitossanitária, a Administração precisa assegurar pronta resposta, o que só é viável com laboratórios estruturados que possam realizar múltiplas análises no mesmo ciclo, sem dependência de subcontratações ou redistribuição de tarefas.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?

A contratação ora proposta tem como motivo principal a necessidade de realizar análises laboratoriais fitopatológicas e entomológicas especializadas, voltadas à detecção e confirmação de pragas quarentenárias, com emissão de laudos técnicos conclusivos, por laboratório credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), em atendimento a exigências legais e técnicas dos Programas Oficiais de Prevenção, Monitoramento e Controle de Pragas Quarentenárias.

- **Fundamentação Técnica e Legal:**

- A legislação vigente (instruções normativas e portarias do MAPA) impõe a obrigatoriedade de diagnóstico laboratorial oficial para:
 - Manutenção do status de áreas livres de pragas;
 - Comprovação de ausência ou presença de organismos quarentenários;
 - Cumprimento de metas de vigilância ativa e defesa vegetal.
- A contratação visa garantir o atendimento imediato a situações de emergência fitossanitária, especialmente nos casos de detecção ou suspeita das seguintes pragas:
 - *Xanthomonas citri* subsp. *citri* (Cancro Cítrico);
 - *Candidatus Liberibacter spp.* (HLB/Greening);
 - *Fusarium oxysporum* f. sp. *cubense* raça 4 Tropical;
 - *Rhizoctonia theobromae*;
 - *Moniliophthora roreri*;
 - *Diaphorina citri* (psíldeo vetor).

- **Motivações Complementares:**

- Impossibilidade técnica e econômica de implantação de laboratório próprio, devido a:
 - Elevado custo de estruturação e credenciamento;
 - Baixa frequência contínua de demanda;
 - Risco de ociosidade da estrutura;
 - Urgência nas respostas às exigências legais.
- Necessidade de garantir resposta rápida e emissão de laudos técnicos válidos e aceitos pelos órgãos de fiscalização e defesa vegetal, com impacto direto na proteção da produção agrícola nacional.

NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO

NATUREZA

O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço comum de natureza técnica especializada, uma vez que:

- Exige capacitação técnico-científica específica, baseada em metodologias laboratoriais validadas (ex.: PCR, microscopia, cultura microbiológica, análises morfológicas, etc);
- Depende de infraestrutura laboratorial especializada, com equipamentos e pessoal técnico qualificado;
- Envolve a emissão de laudos técnicos conclusivos, válidos para fins de cumprimento de exigências legais junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), relacionados à sanidade vegetal e defesa agropecuária.

É um serviço técnico não-continuado, **a ser executado por demanda** (conforme solicitação da Administração), com objeto claramente definido, escopo delimitado e **pagamento por amostra analisada**.

HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<input type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados de, no mínimo, N meses, após a sua conclusão. <input checked="" type="checkbox"/> Não. Justificativa: Entende-se que não há justificativa técnica ou legal que imponha a obrigatoriedade da garantia contratual para este tipo de serviço. O serviço será executado mediante entrega de laudos técnicos, com prazos definidos e critérios objetivos de aceitação; <ul style="list-style-type: none"> • A fiscalização contratual poderá aferir o cumprimento contratual com base em parâmetros técnicos claros; • Os riscos de inadimplemento são mínimos, e eventuais falhas podem ser solucionadas mediante glosa de pagamentos, repetição da análise sem ônus adicional, ou outras medidas administrativas.
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, I, da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Maior desconto.
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: (Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação). <input checked="" type="checkbox"/> Não.
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	Para fins de aceitação da proposta, deverão ser observadas as exigências mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, considerando-se: - Conformidade técnica A proposta deverá atender integralmente às especificações técnicas do objeto, conforme descrito neste Termo de Referência, especialmente no que se refere a: <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de realização das análises laboratoriais solicitadas, com metodologias reconhecidas; • Emissão de laudos técnicos válidos, assinados por profissional responsável habilitado; • Comprovação de credenciamento junto ao MAPA para cada uma das pragas/quarentenárias especificadas; • Prazos de execução compatíveis com as exigências fitossanitárias. - Regularidade jurídica e fiscal O proponente deverá apresentar toda a documentação exigida para comprovação de: <ul style="list-style-type: none"> • Habilitação jurídica; • Regularidade fiscal e trabalhista; • Qualificação técnica e operacional; • Qualificação econômico-financeira, se exigida. - Compatibilidade de preços

	<p>A proposta deverá apresentar preços compatíveis com os praticados no mercado, observando-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A estimativa de preços elaborada pela Administração; • A compatibilidade com os custos unitários efetivos; • A proibição de preços manifestamente inexequíveis, conforme critérios do art. 59 da Lei nº 14.133/2021. <p>- Viabilidade da execução</p> <p>A proposta deve demonstrar a capacidade operacional imediata do laboratório para prestar o serviço de forma contínua, segura e eficiente, conforme demanda da Administração Pública, inclusive em situações emergenciais.</p> <p>Será considerada aceita a proposta que, além de apresentar preço global ou unitário compatível com o mercado, atender todos os requisitos técnicos, legais e operacionais exigidos neste Termo de Referência, garantindo a prestação eficaz e tempestiva dos serviços, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.</p>
<p>HÁ ITENS COM PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. Indicar os itens:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não. Justificativa: Em regra, não há preferência obrigatória neste caso, devido à natureza técnica especializada do serviço. No entanto, a possibilidade de aplicação do tratamento favorecido às ME/EPP deve ser analisada com base na viabilidade técnica e nos critérios legais. A Lei nº 14.133/2021 determina em que a Administração deve adotar políticas públicas de fomento à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que possível. Contudo, esse tratamento não é obrigatório quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O objeto for técnico especializado, com necessidade de credenciamento ou certificação oficial específica, como neste caso; • Não existirem fornecedores ME/EPP habilitados ou credenciados pelo MAPA para execução do objeto; • A segmentação do objeto prejudicar a execução integral do serviço ou comprometer sua eficiência, o que se aplica em contratações que exigem atuação nacional ou estrutura laboratorial robusta.
<p align="center">REQUISITOS DA CONTRATADA</p>	
<p>SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Qual? A documentação relativa à habilitação técnica limitar-se-á à comprovação de que o licitante possui aptidão para desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação ou contratação direta. Os Documentos mínimos de habilitação técnica exigidos neste caso, serão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comprovação de credenciamento junto ao MAPA O laboratório proponente deverá apresentar certificado de credenciamento oficial ativo junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) para execução das análises requeridas (fitopatológicas e entomológicas), relacionadas às pragas listadas. 2. Atestados de capacidade técnica Em nome da empresa proponente, emitidos por entes públicos ou privados, que comprovem a execução anterior de análises laboratoriais semelhantes às do objeto, com desempenho satisfatório. 3. Registro de responsável técnico Comprovação de que o laboratório possui profissional habilitado vinculado formalmente (biólogo, engenheiro agrônomo, microbiologista etc.), com registro no respectivo conselho de classe (ex: CRBio, CREA). 4. Declaração de estrutura laboratorial

	<p>Lista de equipamentos e infraestrutura necessária (ex: PCR, microscópios de alta resolução, câmaras de incubação), compatível com a metodologia a ser empregada.</p> <p>Por quê? A documentação relativa à habilitação técnica limitar-se-á à comprovação de que o licitante possui aptidão para desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação ou contratação direta. Motivos da exigência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia da capacidade técnica para execução especializada O objeto da contratação envolve análises laboratoriais fitopatológicas e entomológicas, voltadas à detecção e diagnóstico de pragas quarentenárias vegetais. Trata-se de serviço com conteúdo técnico especializado, que requer: <ul style="list-style-type: none"> - Métodos científicos avançados (ex.: PCR, sequenciamento genético, análise micromorfológica); - Equipamentos laboratoriais específicos e calibrados; - Profissionais com formação técnica e responsabilidade legal. • Obrigatoriedade legal de credenciamento junto ao MAPA - Para que os laudos emitidos tenham validade oficial no contexto dos Programas Nacionais de Defesa Sanitária Vegetal, o laboratório deve estar formalmente credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). A comprovação deste credenciamento é condição essencial e não dispensável para a execução válida do objeto. • Risco elevado de prejuízos públicos em caso de erro - A emissão de laudos incorretos ou sem respaldo técnico pode comprometer: <ul style="list-style-type: none"> - A detecção e contenção de pragas de alto impacto agrícola; - A manutenção do status de áreas livres, exigido em normas internacionais; - A credibilidade das ações de vigilância e fiscalização da Administração Pública. • Princípios da segurança, eficiência e interesse público - A exigência de habilitação técnica alinha-se aos princípios da eficiência, segurança jurídica, interesse público e proporcionalidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, pois evita contratações de fornecedores inaptos e assegura que o serviço será prestado com o nível de qualidade necessário. <p><input type="checkbox"/> Não.</p>	
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.	<p>Justificativa: A exigência da Declaração de Ciência é legal, proporcional e necessária para assegurar a responsabilidade do contratado, a qualidade da prestação dos serviços laboratoriais e a efetividade das</p>

		<p>ações públicas de defesa sanitária vegetal. Essa exigência visa garantir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segurança jurídica: Evita alegações futuras de desconhecimento de condições técnicas ou normativas que possam comprometer a execução contratual. • Comprometimento técnico do contratado: Garante que a empresa tem ciência da responsabilidade legal envolvida e da necessidade de cumprimento de prazos, metodologias científicas e exigências dos programas fitossanitários. • Prevenção de inadimplementos: Mitiga o risco de execução inadequada do contrato por falta de entendimento prévio sobre a complexidade do objeto, especialmente se tratando de análises laboratoriais altamente técnicas e com impacto em políticas públicas agrícolas.
	<input checked="" type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.	<p>Justificativa: A exigência de registro na entidade profissional competente é legal, proporcional e necessária para assegurar a regularidade técnica da contratação, garantir a responsabilidade legal do serviço executado e preservar o interesse público na correta execução de serviços especializados.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segurança técnica e legal da contratação A execução de análises laboratoriais fitossanitárias envolve atividades técnicas regulamentadas por lei, que devem ser exercidas exclusivamente por profissionais habilitados e registrados em seus conselhos. • Responsabilidade técnica e ética O registro garante que o profissional está sujeito à fiscalização e código de ética profissional, respondendo legalmente pela qualidade e regularidade dos laudos técnicos emitidos. • Validade jurídica dos laudos e resultados laboratoriais Laudos e relatórios técnicos emitidos por laboratórios sem registro ou sem responsável técnico legalmente habilitado podem ser considerados inválidos para fins de comprovação junto ao MAPA, aos programas fitossanitários e a organismos internacionais.
	<input checked="" type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.	<p>Justificativa: Essa exigência garante que a empresa proponente tenha capacidade plena e imediata para executar os serviços contratados, em conformidade com os princípios da eficiência, legalidade, responsabilidade técnica e interesse público.</p>

		<p>- Natureza complexa e especializada do serviço: As análises laboratoriais para pragas quarentenárias envolvem técnicas específicas (PCR, morfologia microscópica etc.), que demandam instalações compatíveis com padrões técnicos e sanitários, além de equipe altamente capacitada.</p> <p>- Exigências dos Programas Oficiais do MAPA: Os programas federais de prevenção e controle de pragas (ex.: HLB, Cancro Cítrico, Monilíase) exigem que os laboratórios estejam operacionalmente estruturados para garantir a confiabilidade dos resultados emitidos, o que inclui:</p> <p>Procedimentos laboratoriais validados;</p> <p>Garantia de rastreabilidade das amostras;</p> <p>Condições controladas de biossegurança.</p> <p>- Mitigação de riscos contratuais e sanitários: A exigência busca garantir que o contratado possui capacidade instalada e recursos humanos disponíveis desde o início da contratação, evitando riscos de inadimplemento contratual, resultados laboratoriais inválidos ou atrasos que prejudiquem ações emergenciais.</p>
	<p><input checked="" type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-competente, quando for o caso.</p>	<p>Justificativa: É exigível o atestado de responsabilidade técnica relativo à qualificação técnico-competente para a contratação de laboratório fitopatológico, especialmente quando se trata de serviços técnicos especializados com emissão de laudos oficiais e impacto direto na vigilância e defesa sanitária vegetal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Objeto técnico especializado com alto risco sanitário: A análise de pragas quarentenárias como <i>Xanthomonas citri</i>, <i>Candidatus Liberibacter spp.</i>, <i>Fusarium oxysporum</i> f. sp. cubense raça 4 Tropical e outras, demanda domínio de técnicas científicas complexas. A correta realização desses exames é essencial para: • Manutenção de áreas livres de pragas; • Emissão de laudos com validade jurídica e técnica; • Apoio à tomada de decisão da administração pública em situações de emergência fitossanitária. • Obrigatoriedade de responsável técnico para emissão de laudos válidos: Os laudos laboratoriais utilizados em defesa sanitária vegetal devem ser assinados por um profissional habilitado e vinculado ao

		<p>laboratório mediante responsabilidade técnica registrada no conselho profissional. Isso garante:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A validade oficial dos resultados perante o Ministério da Agricultura (MAPA); • A rastreabilidade e a segurança jurídica dos atos técnicos realizados. • Segurança da Administração e do interesse público: A exigência de atestado de responsabilidade técnica evita: <ul style="list-style-type: none"> • Contratações de empresas sem profissional legalmente habilitado; • Riscos de execução indevida do objeto; • Prejuízos à política nacional de defesa agropecuária, cujos efeitos são graves e de alcance coletivo.
	<input checked="" type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional.	<ul style="list-style-type: none"> • Justificativa: O atestado de capacidade comprova que o laboratório já prestou serviços semelhantes com desempenho satisfatório. É especialmente relevante que o laboratório tenha histórico de prestação de serviços. O documento demonstra que a empresa tem experiência anterior real e comprovada na execução de serviços laboratoriais similares, da segurança técnica e mitigação de risco na contratação, demonstra a adequação da estrutura operacional ao objeto e os atendimentos anteriores à Administração Pública ou setor agropecuário.
	<input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. Especificar: <i>(Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</i>	Justificativa:
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.	Justificativa:

HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Especificar: Embora a contratação tenha como foco a execução de análises laboratoriais especializadas, há espaço para adoção de critérios de sustentabilidade, especialmente quanto digitalização de laudos e otimização logística. Tais medidas reforçam o compromisso da Administração com a responsabilidade socioambiental, nos termos da legislação vigente.
	<input type="checkbox"/> Não.	

<p>HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p>Especificar: Na execução do objeto contratual, caberá à contratada a assunção de riscos inerentes à atividade técnica especializada, sem prejuízo das obrigações legais previstas na Lei nº 14.133/2021 e na legislação específica de defesa agropecuária. Dentre os principais riscos assumidos pela contratada, destacam-se:</p> <p>1. Risco técnico-operacional A contratada será responsável pela correta execução das análises fitopatológicas e entomológicas, utilizando métodos reconhecidos (ex.: PCR, microscopia) conforme as exigências do MAPA. Eventuais falhas técnicas, inconformidades nos procedimentos ou emissão de laudos incorretos implicarão na responsabilização da empresa, inclusive quanto aos danos causados à Administração Pública ou a terceiros.</p> <p>2. Risco de conformidade regulatória É de responsabilidade da contratada manter válido o credenciamento junto ao MAPA, bem como assegurar o cumprimento das normas técnicas e regulatórias aplicáveis aos serviços laboratoriais (portarias, manuais e instruções normativas). A perda ou suspensão desse credenciamento poderá ser considerada inadimplemento contratual grave.</p> <p>3. Risco logístico e de prazos A contratada assumirá o risco de eventuais atrasos na coleta, transporte, análise e emissão dos laudos dentro dos prazos contratualmente definidos. O descumprimento dos prazos acordados poderá prejudicar ações de controle fitossanitário, configurando falha na prestação do serviço e sujeitando a penalidades contratuais.</p> <p>4. Risco de integridade das amostras Compete à contratada adotar as medidas necessárias para garantir o controle de qualidade, rastreabilidade e integridade das amostras recebidas, responsabilizando-se por perdas, contaminações ou deteriorações decorrentes de falhas em seus processos internos.</p> <p>5. Riscos decorrentes da responsabilidade técnica O laboratório responderá solidariamente com seu responsável técnico por qualquer erro ou omissão nos laudos emitidos, inclusive perante os órgãos reguladores e fiscalizadores, assumindo o risco civil, administrativo e técnico.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p>O licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços no período de dd/mm/aaaa a dd/mm/aaaa, no horário de XXhYYm às XXhYYm, mediante agendamento para acompanhamento de servidor do órgão.</p> <p>Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar declaração nesse sentido, concordando com as condições do local de trabalho, renunciando à possibilidade de alegar desconhecimento das instalações posteriormente.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>

FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?	<input type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço. <input checked="" type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato. Justificativa: como a natureza do objeto é serviço técnico especializado de análises laboratoriais com exigência de credenciamento junto ao MAPA — a prestação não ocorre de forma contínua e automática, mas sob demanda, ou seja, conforme necessidade e envio de amostras. Essa sistemática assegura o controle da demanda, permite o planejamento da Administração e garante que o contratado execute apenas os serviços requisitados formalmente, com base em critérios técnicos previamente definidos.
LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	O serviço deve ser prestado no endereço de origem do laboratório
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	12 meses.
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.
FORMA DE PAGAMENTO	<div> Meio Ordem bancária. </div> <div> Onde? Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará. </div> <div> Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada. </div> <div> Prova da regularidade fiscal A regularidade fiscal pode ser provada: 1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais. </div>
QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	Justificativa: <input type="checkbox"/> X% do valor inicial do contrato.

	<div><input checked="" type="checkbox"/> Não há.</div> <div>Justificativa: Considerando a natureza do objeto contratual - serviço comum de natureza técnica especializada - e o fato de que a execução se dará por meio de laboratório oficialmente credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a Administração, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, opta por não exigir garantia contratual. A decisão fundamenta-se na baixa materialidade dos riscos associados à execução contratual e na robustez dos mecanismos de controle já existentes, tais como a exigência de comprovação de credenciamento, metodologias validadas e emissão de laudos técnicos oficiais, o que mitiga os riscos de inadimplemento e assegura a qualidade técnica dos serviços prestados.</div>
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	<div>Funcional Programática: xxx.</div> <div>Elemento de Despesa: xxx.</div> <div>Fonte do Recurso: xxx.</div> <div>Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.</div>

Belém (PA), 22 de outubro de 2025.

MARIA ALICE ALVES THOMAZ LISBOA
GERENTE

E-2025/2748044

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE		
<p>QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?</p>	<p>Atender as demandas de forma célere e eficaz às demandas dos programas da Gerência de Pragas Quarentenárias (GPQ), notadamente no que se refere à realização de análises laboratoriais fitopatológicas, através da contratação de laboratório devidamente credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA para serviço comum com predominância técnica especializada com emissão de laudos técnicos.</p> <p>Tal contratação visa garantir o cumprimento das exigências legais específicas previstas nos normativos de controle de pragas quarentenárias, assegurando a rastreabilidade e confiabilidade dos resultados analíticos, conforme exigido pelos programas oficiais de vigilância fitossanitária.</p>	
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO		
<p>QUAL O TIPO DE OBJETO?</p>	<p><input type="checkbox"/> Bem.</p> <p>Justificativa:</p> <p>Trata-se de contratação de serviço comum com predominância técnica especializada, considerando que o objeto envolve a execução de análises laboratoriais específicas, mediante utilização de metodologias cientificamente reconhecidas, como PCR e exames micromorfológicos, destinadas à detecção de pragas quarentenárias e condicionadas a credenciamento oficial junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.</p> <p>O serviço possui natureza continuada e será executado sob demanda da Administração, mediante emissão de laudos técnicos laboratoriais por laboratório devidamente credenciado junto ao MAPA, com pagamento vinculado às unidades efetivamente executadas (amostras analisadas/laudos emitidos).</p> <p>A execução ocorrerá conforme necessidade administrativa, sem obrigação de quantitativo mínimo de solicitações, sendo os pagamentos realizados de acordo com as amostras efetivamente analisadas e os respectivos laudos emitidos.</p> <p>A contratação foi estruturada em lote único, abrangendo todos os serviços laboratoriais especializados descritos nos itens do objeto, destinados à realização de análises fitopatológicas e entomológicas voltadas à detecção de pragas quarentenárias específicas.</p> <p><input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> Serviço.</p>	
<p>QUAL A NATUREZA?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Continuada.</p>	<p><input type="checkbox"/> Com monopólio.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sem monopólio.</p>
	<p><input type="checkbox"/> Não continuada. Justificativa:</p>	

QUAL A VIGÊNCIA?	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input type="checkbox"/> 180 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Indeterminado. <div style="margin-left: 150px;"><input type="checkbox"/> dias.</div> <input type="checkbox"/> Outro: <input type="checkbox"/> meses. <div style="margin-left: 150px;"><input type="checkbox"/> anos.</div>	
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.	
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	Contrato nº: nnnn/aaaa. <input type="checkbox"/> Sim. Prazo final: dd/mm/aaaa. <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	Item	Descrição detalhada
	1	Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitário de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Rhizoctonia theobromae</i> em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA.
	2	Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitário de partes de vegetais de cacau e cupuaçu para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Moniliophthora roreri</i> , em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.
	3	Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitário do inseto <i>Diaphorina citri</i> / <i>Trioizoida limbata</i> - Psílídeo para geração de laudo atestando ausência ou presença da bactéria <i>Candidatus liberibacter</i> spp., em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.
	4	Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitário de partes de vegetais de bananeiras para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Fusarium oxysporum</i> f. cubense raça 4 Tropical, em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.
	5	Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitário de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Xanthomonas citri</i> subsp. <i>Citri</i> em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.
	6	Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitário de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Candidatus liberibacter</i> spp., em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <div style="margin-left: 20px;"> Especificar: Embora a contratação tenha como foco a execução de análises laboratoriais especializadas, há espaço para adoção de critérios de sustentabilidade, especialmente quanto digitalização de laudos e otimização logística. Tais medidas reforçam o compromisso da Administração com a responsabilidade socioambiental, nos termos da legislação vigente. </div>	

	<input type="checkbox"/> Não.
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	<input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.
LEVANTAMENTO DE MERCADO	
ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	<input checked="" type="checkbox"/> Consulta a fornecedores. <input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Audiência pública. <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: (Indicar o meio).
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	<p>A contratação de serviços de análises fitopatológicas especializadas se mostra indispensável para atender aos requisitos legais e técnicos dos Programas Oficiais de Prevenção, Monitoramento e Controle de Pragas Quarentenárias, com destaque para os seguintes agentes causadores de prejuízos à agricultura nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Xanthomonas citri</i> subsp. <i>citri</i> (Cancro Cítrico) • <i>Candidatus Liberibacter</i> spp. (HLB/Greening) • <i>Fusarium oxysporum</i> f. sp. <i>cubense</i> raça 4 Tropical (fusariose da bananeira) • <i>Rhizoctonia theobromae</i> (vassoura-de-bruxa da mandioca) • <i>Moniliophthora roreri</i> (monilíase do cacaueiro) • Diagnóstico do inseto vetor <i>Diaphorina citri</i> (psilídeo), com potencial de disseminação de <i>Candidatus Liberibacter</i> spp. <p>A legislação vigente, incluindo Instruções Normativas e Portarias do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), impõe a obrigatoriedade de análises laboratoriais para a manutenção de status fitossanitários de áreas livres e para a confirmação técnica da ausência/presença dessas pragas. O diagnóstico laboratorial, além de ser tecnicamente necessário, é legalmente exigido para cumprimento de metas de vigilância ativa.</p> <p>Apesar da possibilidade de implantação de laboratório próprio, após análise técnica, tal alternativa revelou-se inviável frente aos seguintes fatores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Custos iniciais elevados com infraestrutura, aquisição de equipamentos específicos (PCR, sequenciadores, microscopia de alta resolução), reagentes, capacitação técnica e contratação de profissionais especializados. • Demanda executada sob acionamento da Administração, conforme necessidade operacional dos programas fitossanitários.

- Tempo necessário para estruturação e credenciamento junto ao MAPA, o que contraria a urgência de cumprimento das normativas vigentes.
- Caráter dinâmico e pontual dos focos fitossanitários, exigindo resposta imediata que só pode ser viabilizada por meio de laboratórios já estruturados, reconhecidos e habilitados pelo MAPA.

Assim, optou-se pela contratação de serviços laboratoriais especializados e devidamente credenciados junto ao MAPA, como solução tecnicamente viável, econômica e legalmente compatível com a urgência das ações de defesa vegetal.

A terceirização dos serviços de diagnóstico permite:

Embora a execução dos serviços ocorra sob demanda da Administração, a necessidade administrativa é permanente e contínua, tendo em vista que os serviços laboratoriais são essenciais à execução regular dos programas oficiais de prevenção, monitoramento e controle fitossanitário conduzidos pela ADEPARÁ, especialmente aqueles relacionados ao cancro cítrico, greening/HLB, fusariose da bananeira, vassoura-de-bruxa da mandioca e monilíase do cacaueiro. Trata-se, portanto, de serviço técnico especializado de natureza continuada, executado conforme necessidade administrativa, sem dedicação exclusiva de mão de obra e com remuneração vinculada às amostras efetivamente analisadas e aos laudos efetivamente emitidos.

- Redução significativa de custos fixos e operacionais;
- Agilidade na resposta técnica, garantindo envio de laudos em tempo hábil para tomada de decisões fitossanitárias;
- Flexibilidade contratual com previsão de quantitativos estimados, adaptando-se ao surgimento eventual de focos isolados ou disseminados;
- Risco mitigado de obsolescência de estrutura, uma vez que a contratação estará condicionada à demanda real.

A presente contratação subsidiará diretamente os seguintes programas oficiais:

- Programa Nacional de Prevenção da Monilíase do Cacaueiro – Portarias MAPA nº 603/2023 e nº 703/2024;
- Programa Nacional de Prevenção da Vassoura-de-bruxa da Mandioca – Portaria MAPA nº 769/2025;
- Programa Nacional de Controle e Erradicação do Cancro Cítrico – Instrução Normativa MAPA nº 21/2018;
- Programa de Prevenção do Greening/HLB – Portaria MAPA nº 317/2021;
- Programa de Prevenção ao fusarium raça 4 tropical da bananeira- instrução normativa MAPA nº 30, de 5 de junho de 2020.

Diante do exposto, e considerando a necessidade de atendimento imediato à legislação federal, à segurança da produção agrícola e à preservação do status sanitário das culturas envolvidas, conclui-se que a contratação de serviços de análises laboratoriais, por meio de pregão eletrônico, junto ao laboratório credenciado pelo MAPA, representa a melhor solução técnica e economicamente viável para alcançar os objetivos institucionais, respeitando os princípios da economicidade, eficiência, proporcionalidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justificativa: Há restrição de fornecedores, sem inviabilizar a competitividade entre laboratórios credenciados em âmbito nacional, uma vez que os serviços laboratoriais deverão ser executados exclusivamente por laboratório devidamente credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, conforme exigência dos programas oficiais de defesa sanitária vegetal. Tal exigência possui fundamento técnico e legal, visando assegurar a validade, rastreabilidade, confiabilidade e reconhecimento oficial dos resultados laboratoriais, sem prejuízo à competitividade entre os laboratórios habilitados. <input type="checkbox"/> Não.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
O QUE SERÁ CONTRATADO?	Laboratório credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para prestação de serviço em Análises Fitopatológicas com geração de laudo. A contratação será feita com um único laboratório com capacidade técnica abrangente , devidamente credenciado junto ao MAPA para todas as análises.
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	<input checked="" type="checkbox"/> Não há. Justificativa: Como o serviço é de natureza intelectual, técnico-científica e altamente especializada, com entrega de laudos por demanda e com controle de qualidade interno já certificado (credenciamento MAPA), entendemos que não há necessidade de garantia. <input type="checkbox"/> 90 dias. <input type="checkbox"/> 12 meses. <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <input type="checkbox"/> dias. <input type="checkbox"/> meses. </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <input type="checkbox"/> Outro: <input type="checkbox"/> anos. </div>
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justificativa: A contratação de serviços especializados de análises laboratoriais junto a laboratórios credenciados pelo MAPA demanda assistência técnica por parte da Administração, mas não no sentido de suporte operacional do contratado, e sim para: <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar e fiscalizar a correta execução do contrato; • Avaliar a conformidade dos laudos e metodologias empregadas; • Garantir que os serviços estejam de acordo com os programas fitossanitários e as exigências normativas. <input type="checkbox"/> Não.
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. Descrever solução: <input checked="" type="checkbox"/> Não.

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO

<p>COMO SE OBTVEU O QUANTITATIVO ESTIMADO?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input type="checkbox"/> Análise de contratações similares.</p> <p>Especificar: O quantitativo estimado de análises laboratoriais foi definido com base na consolidação de informações técnicas dos programas fitossanitários vigentes, histórico de amostragens realizadas em exercícios anteriores, áreas cultivadas sob vigilância, exigências legais normativas (Portarias e Instruções do MAPA), bem como na previsão de atendimento de possíveis focos emergenciais. A estimativa busca garantir cobertura adequada das demandas fitossanitárias da unidade, preservando o status sanitário das culturas e cumprindo os dispositivos legais.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Outro.</p>			
<p>DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?</p>	<p>O quantitativo estimado foi definido com base:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na análise de dados históricos de monitoramento oficial; • Nas exigências normativas dos programas de defesa fitossanitária do MAPA; • Na área agrícola sob vigilância ativa; • Na previsão de atendimento a eventuais focos emergenciais; • No número de amostras por praga e tipo de análise exigida (visual, micromorfológica ou molecular/PCR). <p>O quantitativo poderá ser ajustado em contrato conforme necessidade real (por demanda), respeitando o limite orçamentário e os critérios de economicidade e vantagem previstos na Lei nº 14.133/2021.</p>			
<p>ESPECIFICAÇÃO</p>	<p>Item</p>	<p>Descrição</p>	<p>Und</p>	<p>Qtd</p>
	<p>1</p>	<p>Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitário de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Rhizoctonia Theobromae</i> em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.</p>	<p>Unidade</p>	<p>50</p>
	<p>2</p>	<p>Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitário de partes de vegetais de cacau e cupuaçu para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Moniliophthora roreri</i>, em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.</p>	<p>Unidade</p>	<p>25</p>
	<p>3</p>	<p>Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitário do inseto <i>Diaphorina citri/Triozyda limbata</i> - Psíldeo para geração de laudo atestando ausência ou presença da bactéria <i>Candidatus liberibacter spp.</i>, em</p>	<p>Unidade</p>	<p>100</p>

		laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.		
	4	Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitário de partes de vegetais de bananeiras para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Fusarium oxysporum f. cubense</i> raça 4 Tropical, em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.	Unidade	25
	5	Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitário de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Xanthomonas citri</i> subsp. <i>Citri</i> em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.	Unidade	100
	6	Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitário de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Candidatus liberibacter</i> spp., em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.	Unidade	50

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

MEIOS USADOS NA PESQUISA	<input type="checkbox"/> Pannel de preços. <input checked="" type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Simas. <input checked="" type="checkbox"/> Fornecedores. Especificar: Valores aplicados pelos laboratórios atualmente, enviados por ligação ou por mensagens instantâneas. <input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Outro.				
ESTIMATIVA DE PREÇO	Item	Descrição	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
	1	Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitária de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Rhizoctonia Theobromae</i> em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.	R\$ 159,00	50	R\$ 7.950,00
	2	Análise laboratorial de diagnóstico fitossanitária de partes de vegetais de cacau e cupuaçu para geração de laudo atestando ausência ou presença da	R\$ 159,00	25	R\$ 3.975,00

		praga <i>Moniliophthora roreri</i> , em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.			
	3	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária do inseto <i>Diaphorina citri/Triozyda limbata</i> - Psíldeo para geração de laudo atestando ausência ou presença da bactéria <i>Candidatus liberobacter spp.</i> , em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.	R\$ 159,00	100	R\$ 15.900,00
	4	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de partes de vegetais de bananeiras para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Fusarium oxysporum</i> f. cubense raça 4 Tropical, em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.	R\$ 159,00	25	R\$ 3.975,00
	5	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Xanthomonas citri</i> subsp. <i>Citri</i> em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.	R\$ 159,00	100	R\$ 15.900,00
	6	Análise laboratorial de diagnostico fitossanitária de vegetais e partes de vegetais de citros para geração de laudo atestando ausência ou presença da praga <i>Candidatus liberibacter spp.</i> , em laboratório com registro no Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA.	R\$ 159,00	50	R\$ 7.950,00
				TOTAL	R\$ 55.650,00

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO	
<p>A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justificativa: As análises serão específicas para cada uma das 6 (seis) pragas quarentenárias monitoradas, porém em 1 grupo/lote apenas. Pois, não há vantagem em fracionar a contratação por praga ou tipo de análise, já que o objeto deverá ser integralmente executado por um mesmo contratado</p> <p><input type="checkbox"/> Não. Por quê?</p> <p> <input type="checkbox"/> Objeto indivisível. <input type="checkbox"/> Perda de escala. <input checked="" type="checkbox"/> Tecnicamente inviável. <input type="checkbox"/> Economicamente inviável. <input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade. <input type="checkbox"/> Outro. </p> <p>Especificar: (Indicar o motivo).</p>
CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES	
<p>HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. Especificar:</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO	
<p>HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. Especificar item do PCA: nn.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não. Providências:</p>
RESULTADOS PRETENDIDOS	
<p>QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?</p>	<p> <input type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo <input type="checkbox"/> Redução de Custos <input type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho <input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos <input type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo <input type="checkbox"/> Ganho de Eficiência <input checked="" type="checkbox"/> Outro. Especificar: </p> <p>A contratação pretendida tem por objetivo garantir suporte técnico-laboratorial às ações de defesa sanitária vegetal desenvolvidas pela Administração, assegurando o atendimento das exigências legais e operacionais relacionadas ao monitoramento, detecção e confirmação de pragas quarentenárias.</p> <p>Os principais benefícios esperados com a contratação são:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento às normas e exigências fitossanitárias federais, conforme estabelecido nas Portarias MAPA nº 703/2024, nº 769/2025 e nº 317/2021, bem como na Instrução Normativa nº 21/2018, garantindo a emissão de laudos laboratoriais oficiais necessários às ações de fiscalização e controle fitossanitário; • Manutenção do status fitossanitário das áreas monitoradas, contribuindo para a preservação de áreas livres ou sob contenção de pragas quarentenárias; • Maior agilidade na realização das análises laboratoriais e emissão de laudos técnicos, possibilitando respostas rápidas em situações de suspeita de ocorrência de pragas, delimitação de focos, adoção de medidas de controle e emissão de alertas fitossanitários; • Padronização dos procedimentos laboratoriais, assegurando uniformidade metodológica nas análises micromorfológicas e moleculares (PCR), maior confiabilidade dos resultados e rastreabilidade das informações produzidas; • Melhoria da gestão contratual e da fiscalização técnica, considerando que a contratação de um único laboratório facilita o acompanhamento da execução contratual, reduz a demanda administrativa e proporciona maior eficiência no controle dos serviços prestados; • Redução de custos operacionais e logísticos, mediante centralização dos serviços laboratoriais em um único contratado, evitando duplicidade de procedimentos e otimizando o envio e processamento das amostras; • Fortalecimento das ações preventivas e de controle fitossanitário, reduzindo os riscos de introdução e disseminação de pragas quarentenárias e contribuindo para a proteção da produção agrícola regional, especialmente das culturas de citros, cacau, mandioca e banana.
--	--

PROVIDÊNCIAS PENDENTES

**HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES
PARA O
SUCESSO DA
CONTRATAÇÃO?**

☒ Sim.

Especificar: Confirmação de credenciamento oficial do laboratório junto ao MAPA: Antes da contratação, será necessária a verificação e comprovação de que o laboratório está formalmente credenciado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) para todas as análises previstas, conforme exigências normativas específicas de cada praga. Dessa forma o contrato atenderá de forma plena às necessidades dos programas fitossanitários e às exigências normativas do MAPA, contribuindo para a proteção da produção agrícola e a manutenção do status fitossanitário do Estado.

☐ Não.

IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

**HÁ PREVISÃO DE IMPACTO
AMBIENTAL NA
CONTRATAÇÃO?**

☐ Sim.

Especificar os impactos: (Detalhar).

Especificar as medidas de mitigação dos impactos: (Detalhar).

☒ Não.

Justificativa: Não há previsão de impacto ambiental negativo na execução do objeto contratual. Ao contrário, o serviço contratado pode gerar impacto ambiental positivo indireto, por contribuir para a sanidade vegetal, redução de perdas agrícolas e uso mais racional de insumos agrícolas.

CONCLUSÃO

**A CONTRATAÇÃO POSSUI
VIABILIDADE TÉCNICA,
SOCIOECONÔMICA E
AMBIENTAL?**

☒ Sim.

Justifique: A contratação de laboratório credenciado pelo MAPA apresenta viabilidade técnica comprovada, viabilidade socioeconômica justificável diante da importância das culturas protegidas e dos riscos econômicos associados às pragas quarentenárias, além de viabilidade ambiental, ao apoiar ações preventivas, reduzir impactos de surtos e promover a sustentabilidade da produção agrícola.

☐ Não.

Belém (PA), 21 de maio de 2026.

MARIA ALICE ALVES THOMAZ LISBOA
GERENTE DE PROGRAMAS DE PRAGAS
QUARENTENÁRIAS

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
CONTRATO Nº XXXX/AAAA

PAE nº E-2025/2748044

RESUMO



CONTRATANTE

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará | ADEPARÁ
CNPJ nº 05.470.347/0001-11.

CONTRATADO

XXXXXXX
CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx



OBJETO

Contratação de serviço especializado com emissão de laudos técnicos, executado por laboratório devidamente credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, conforme descrito no Termo de Referência.



LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço deve ser prestado no endereço de origem do laboratório.



VALOR TOTAL

R\$ XX.XXX,XX

REAJUSTE

Índice ☒ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☐ IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **07/07/2025** (data do orçamento estimado).

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.



FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato é o servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor]. (Esses dados devem ser inseridos por ocasião da assinatura do contrato).

VIGÊNCIA

Prazo **12 meses.**

Início **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).

Fim **dd/mm/aaaa** (a data deve ser especificada na assinatura do contrato).



CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE O Estado do Pará, por intermédio da ADEPARÁ, CNPJ nº 05.470.347/0001-11, com sede na Tv. Mariz e Barroz, nº 1184, Bairro da Pedreira, Belém/PA, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, o Sr. JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO, nomeado pelo Decreto do Gabinete do Governador, publicada no DOE de 16 de Junho de 2020, pag. 04, portador da matrícula funcional nº 54189457/2.

CONTRATADO [Inserir nome da empresa], CNPJ nº [Inserir CNPJ], com sede na [Inserir endereço], neste ato representado por [Inserir representante legal], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº nnnn/aaaa** constante no PAE nº E-2025/2748044 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto da contratação é a **Contratação de serviço especializado com emissão de laudos técnicos, executado por laboratório devidamente credenciado junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA**, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor e aos anexos desses documentos.

3.3 Os serviços contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Item	Preço unit	Qtd	Total
1	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
2	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
3	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
4	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
5	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
6	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00
TOTAL			R\$ 0,00

CLÁUSULA 4

Local e hora da prestação do serviço

O local e a hora da prestação dos serviços contratados são aqueles previstos no Termo de Referência.

CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é **R\$ XX.XXX,XX** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade	920201
Fonte	01501.000061
Programa de Trabalho	20.609.1528 – 6572
Elemento de Despesa	339039
Ação Detalhada	283865

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo **IPCA**.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **07/07/2025**.

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco Banpará.

Agência xxxx-x.

Conta xxxxxx-x.

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o

procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA 10

Obrigações das partes

10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostas pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local da prestação do serviço para o representar na execução do contrato.
- d. A indicação do preposto do CONTRATADO ou a sua manutenção poderá ser recusada pelo CONTRATANTE mediante justificativa, devendo o CONTRATADO designar outro para o exercício da atividade.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. Alocar os empregados em número compatível para o cumprimento deste contrato e com a habilitação e conhecimento adequados para a execução do

serviço, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para tanto, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações dos órgãos de regulação responsáveis e à legislação aplicável.

- g.** No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir ou refazer às suas expensas o serviço no qual se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução contratual ou dos materiais empregados.
- a.** Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.
- b.** Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:
 - 1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
 - 2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
 - 3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
 - 4.** Certidão de Regularidade do FGTS.
 - 5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 6.** Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.
- c.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.
- d.** Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- e.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, o acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução do serviço.

- f.** Por determinação do CONTRATANTE, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.
- g.** Durante a vigência do contrato, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do serviço.
- h.** Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- i.** Submeter previamente e por escrito ao CONTRATANTE qualquer mudança nos métodos executivos especificados no memorial descritivo ou documento similar para sua análise e aprovação.
- j.** Não permitir:
 - 1.** o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
 - 2.** a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- k.** Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- l.** Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- m.** Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- n.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- o.** Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Impedimento de licitar e contratar</i> ”.
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar*
c. Dar causa à inexecução total do contrato.	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “ <i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i> ”.
d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	

e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.

h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

**Declaração de inidoneidade
para licitar e contratar**

12.2 O atraso superior a **30 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
<i>Moratória</i>	<i>Compensatória</i>
a. 0,33% sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos .	20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor **NOME DO SERVIDOR**, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, com início em dd/mm/aaaa (inserir data) e término em dd/mm/aaaa (inserir data), prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

19.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

19.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

19.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

19.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

19.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

19.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

19.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

19.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Belém/PA, _____ de _____ de 2026.

**JAMIR JUNIOR PARAGUASSU
MACEDO**
DIRETOR GERAL
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal
Contratado

NOME DA TESTEMUNHA
RG: xxxxxxxx PC/UF
CPF: xxx.xxx.xxx-xx
Testemunha

NOME DA TESTEMUNHA
RG: xxxxxxxx PC/UF
CPF: xxx.xxx.xxx-xx
Testemunha